



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais



CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO, DE PROVAS E DE TÍTULOS,  
PARA A DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TABELIONATO E DE  
REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL N. 01/2007

DECISÃO

Trata-se de requerimento de juntada de título apresentado à Comissão Examinadora do Concurso Público de Ingresso, de provas e títulos, para delegação dos Serviços de Tabelionato e de Registro do Estado de Minas Gerais - Edital n. 01/2007 por Karen Cristina Munhai, inscrição n. 287389.

A requerente apresentou para fins de pontuação de títulos cópia autenticada de Carteira de Identidade de Advogado expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, expedida em 28/10/2005; certidão expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo, comprovando inscrição definitiva desde 19/11/2002; cópia autenticada de diploma expedido pela Faculdade de Direito Padre Anchieta conferindo ao requerente o título de bacharel em Direito com respectiva certidão de colação de grau; cópia autenticada de certificado de participação no Curso de Extensão Universitária: Direito de Arbitragem – Teoria e Prática expedido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo; cópia autenticada de certificado de participação no Curso de Oito anos de Código de Defesa do Consumidor a proteção do consumidor: questões atuais controvertidas; cópia autenticada de certificado de participação no XVII Congresso Brasileiro de Direito Tributário expedido pelo Instituto Geraldo Ataliba – IDEPE; cópia autenticada de certificado de participação no Curso

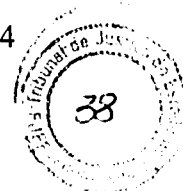
Karen Cristina Munhai - inscrição n. 287389



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

de Interesses Difusos expedido pelo Complexo Jurídico Damásio de Jesus; cópia autenticada de certificado de participação no V Ciclo de Palestras Jurídicas em Comemoração à Data do XI de Agosto expedido pelo Centro de Estudos Monsenhor Salim; cópia autenticada de Diploma de Honra ao Mérito por excelência os serviços prestados expedido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo; cópia autenticada de certificado de participação no Curso de Extensão em Direito Tributário expedido pelo Instituto Paulista de Educação Continuação; cópia autenticada de certificado de participação no Curso de Extensão em Cálculos Trabalhistas expedido pelo Instituto Paulista de Educação Continuação; cópia autenticada de certificado de participação no Curso de Extensão em Processo Administrativo expedido pelo Instituto Paulista de Educação Continuação; cópia autenticada de certificado de conclusão no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Direito da Economia e da Empresa expedido pela Fundação Getúlio Vargas; cópia autenticada de certificado de participação em palestra sobre o tema “O processo civil como instrumento para a resolução de conflitos” expedida pelo Centro de Estudos Dr. Edson Amado Beraquet; cópia autenticada de certificado de participação na palestra “Tribunais Internacionais para a Defesa dos Direitos Humanos” expedida pelo Centro de Estudos Monsenhor Salim; cópia autenticada de certificado de participação no 1º Congresso de Estudantes de Direito Ambiental – Terceiro Setor e o Meio Ambiente expedido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo; cópia autenticada de diploma expedido pela Federalizon Delle Entità Culturali Ítalo Brasiliane Dello Stato do San Paolo – Fecibesp – pela participação no Corso Integrativo di Língua e Cultura Generale Italiana; cópia autenticada de certificado de participação no Curso de Mediação e Arbitragem expedida pela Sociedade “Padre Anchieta” de Ensino; cópia autenticada de certificado de participação no Seminário Especial Sociedades Limitadas expedida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil; cópia autenticada de certificado de participação no Curso de Método de Organização de Estudos expedido pelo Complexo

Karen Cristina Munhai - inscrição n. 287389



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Jurídico Damásio de Jesus; cópia autenticada de certificado de participação na palestra sobre Teses defensivas no Processo Penal expedido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo; cópia autenticada de certificado de participação no Curso Prático com as principais peças do Processo Penal expedido pelo Complexo Jurídico Damásio de Jesus; cópia autenticada de certificado de participação na palestra dos Crimes contra os Costumes expedido pela Faculdade de Psicologia “Padre Anchieta”; cópia autenticada de certificado de participação na palestra sobre Leasing – Arrendamento Mercantil expedido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo; cópia autenticada de certificado de participação na palestra Imposto de Transmissão causa mortis e doação expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo; cópia autenticada de certificado de conclusão do Curso Preparatório para o Exame de Ordem expedido pelo Complexo Jurídico Damásio de Jesus; cópia autenticada de certificado de participação no Curso Ressarcimento do IPI – Aspectos da restituição e compensação, expedido pela Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda. – IOB; cópia autenticada de certificado de participação na palestra sobre Juizados Especiais Criminais expedido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo; declaração expedida pela Organização Contábil Econômico e Tributária Previfisco Ltda. em que consta que a requerente prestou serviços de assessoria e consultoria jurídica no período de 2003 a 2007.

É o sucinto relatório.

O item 2 do capítulo VI do mencionado Edital estabelece que *“Serão considerados os seguintes títulos: III – Exercício de Advocacia;*

No tocante ao exercício da advocacia, foram atribuídos cinco pontos de títulos à candidata, por comprovar, desde a data de sua inscrição na OAB/SP em 19/11/2002, quatro anos e oito meses de exercício da

Karen Cristina Munhai - inscrição n. 287389



## Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

advocacia, considerando a declaração da Organização Contábil Econômico e Tributária Previfisco, fls. 33, contados até 07/08/2007 (data da publicação do Edital 01/2007), sendo observados *"1 (um) ponto por ano ou fração superior a 6 (seis) meses"*, conforme requer o Edital (item 2, capítulo VI, III).

O item 3 do capítulo VI do edital determina que *"A relação de títulos e a forma de comprovação são exaustivas e excludentes"*.

Em face ao disposto é imperioso afirmar que não será atribuída pontuação em relação aos documentos carreados em fls. 06 a 32, pois que os mesmos não se enquadram em nenhuma categoria considerada para pontuação em títulos.

O Edital, ainda, estabelece como tipos de pós-graduação: *"conclusão de mestrado com defesa de dissertação, em matéria jurídica"* e *"conclusão de doutorado, com defesa de tese, em matéria jurídica"*.

A candidata, entretanto, às fls. 17, apresentou certificado de Pós-Graduação Lato Sensu e não Stricto Senso, como requer o Edital.

**TOTAL DE PONTOS OBTIDOS PELA CANDIDATA: (5) CINCO.**

Belo Horizonte, 1º de dezembro de 2008.

**Desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro**

**Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça,**

**Superintendente da EJEJ e Presidente da Comissão Examinadora**